

**UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS PERSPECTIVAS E
DESAFIOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO EM CODÓ-MA**

Vicente da Silva Diamantino ¹Milena da Silva e Silva ²Saullo Francisco Ferreira Martins ³Floriza Gomide Sales Rosa Meireles ⁴

INTRODUÇÃO

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, objetiva o atendimento educacional especializado em torno da garantia da acessibilidade à educação especial e apoio profissional especializado, de modo que os alunos tenham condições de participarem integralmente no ensino regular (Brasil, 2011).

O professor da educação especial deve ter uma formação de caráter específico à área de atuação, para que este esteja preparado para lidar, com profissionalismo, às circunstâncias a que será submetido, frente às demandas desta modalidade, na instituição da qual compõe o corpo docente (Rodrigues, 2021). Deve ser suficientemente capaz de identificar as necessidades de seus alunos, elaborar um plano de ensino eficiente e produzir materiais pedagógicos de qualidade, tudo isso para que o aluno esteja em condições de conviver em sociedade (Lopes et al., 2018). O atendimento deve ocorrer no contraturno do ensino regular, sendo essencial que haja um envolvimento entre o professor comum e o da educação especial para que os objetivos do ensino sejam plenamente alcançados e que a inclusão seja efetiva (Franco e Schutz, 2020). Todo esse processo precisa acontecer de forma que o ritmo do desenvolvimento do aluno seja respeitado (Ziesmann e Guilherme, 2020). À gestão é atribuída a responsabilidade de fortalecer a cultura inclusiva na escola por meio de estratégias

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, diamantinovicente15@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, silvamilena@acad.ifma.edu.br.

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, saullofrancisco61@gmail.com:

⁴ Professora orientadora: Mestra em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, floriza.rosa@ifma.edu.br.



administrativas, promovendo discussões sobre o tema, valorizando as contribuições de cada profissional, de forma a encorajar sua equipe, principalmente os professores que atuam na linha de frente deste processo (Santos, 2020). Quando a gestão está alinhada com a proposta inclusiva, se torna parte fundamental para que esse processo ocorra, “abrindo espaços e promovendo trocas de experiências importantes, desenvolvendo uma gestão democrática e participativa [...] favorecendo a formação e a consolidação de equipes de trabalho” (Araújo; Junior; Pinheiro, 2021, p. 165- 166).

A partir das considerações supracitadas, percebe-se que as disposições legais da educação especial no Brasil direcionam a prática pedagógica para uma escola mais inclusiva. Entretanto, a realidade em muitos casos contrasta a teoria, o que abre caminho para deficiências no ensino. Desse modo, considerando as implicações no atendimento educacional especializado, este relato de experiência objetivou descrever o perfil profissional, perspectiva e atuação da gestão e da professora, no contexto da educação especial, da Escola Municipal Talmir Quinzeiro, do Município de Codó, Maranhão. Os resultados desta pesquisa foram apresentados em um seminário da disciplina de Educação Inclusiva, componente curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, *Campus Codó*.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa descritiva. Para coleta dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e visita à sala de AEE da Escola Municipal Talmir Quinzeiro, junto a uma das professoras de AEE e a gestora da instituição, nos dias 11 de novembro e 10 de dezembro de 2024, respectivamente. A escola é relativamente grande, com um corredor principal e dois com acesso às salas de aula e cantina. São cinco salas do ensino regular e uma para o atendimento educacional especializado. É composta por turmas regulares dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e EJA, atendidas nos turnos matutino, vespertino e noturno, respectivamente. As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola campo e com base em roteiros pré-estabelecidos. As respostas foram registradas em áudio, mediante permissão das partes entrevistadas, a fim de facilitar a análise crítica que se seguiria. Assim, sendo possível compreender a realidade do AEE na escola a partir de relatos diretos e observações *in loco*.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Graduada em biologia e especialista em gestão e supervisão escolar, a gestora da escola campo, atuante na diretoria desde o ano de 2016, demonstrou um parecer otimista em relação à educação especial na instituição, embora tenha um conhecimento superficial sobre este assunto e por se tratar de sua primeira e recente experiência profissional nessa área, com apenas dois anos da criação da sala de recursos multifuncionais. Quando questionada sobre a sua concepção de inclusão, soube responder de forma breve e objetiva, pontuando a importância da modalidade educacional especial e os avanços no enfrentamento das dificuldades em sua disponibilidade para o público-alvo. A gestora acredita que os esforços empreendidos por toda a equipe, desde a gestão aos professores, têm contribuído para que a inclusão seja efetiva, pontuando que a escola não recusa o atendimento, sendo aberta à comunidade. Entretanto, a educação especial ainda não consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Isso pode representar um atraso no processo de ensino, uma vez que “o projeto busca um rumo ou uma direção— por isso ele também é político, já que está embasado na percepção da realidade pelos envolvidos com o processo educacional e nos princípios que norteiam as proposições nele pontuadas” (Souza, 2009, p. 48-49).

Graduada em pedagogia e especialista em educação infantil, educação especial e educação inclusiva, a professora de AEE se mostrou ser uma profissional determinada e ciente de seu dever frente à demanda educacional do atendimento especializado da escola. O atendimento, segundo a professora, é feito no contraturno do ensino regular dos alunos, sendo realizado no turno vespertino. As aulas ocorrem semanalmente em cinco horas/aula, sendo que as horas são distribuídas entre os alunos levando-se em consideração as necessidades educacionais específicas de cada um. Quando questionada sobre as deficiências de seus alunos, a professora soube detalhá-las, sem qualquer auxílio de documento ou outro recurso com essa informação. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008 prevê que “o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (Brasil, 2008, p. 10). Sobre esses recursos pedagógicos utilizados na sala de recursos multifuncionais, a professora



relatou que uma parte é adquirida pela escola, por um recurso financeiro destinado para este fim, e que boa parte desses materiais não são adaptados à realidade dos alunos, sendo uma das dificuldades reportadas por ela o uso deles no atendimento, bem como a não aceitação ou desconhecimento de alguns pais em relação à deficiência dos filhos. A outra parte, se não a maioria, são produzidos na sala, por ela e seus alunos, que na sua concepção, com base em seu conhecimento técnico na área, a participação deles nesse processo produtivo favorece o desenvolvimento cognitivo. Essa postura frente ao processo produtivo dos materiais foi adotada por ela em decorrência de obter essa informação na sua última especialização. Esse aspecto estabelece a importância do profissional da educação especial investir na sua formação inicial e continuada, assim, mantendo-se sempre informado.

No que se refere à interação com os docentes do ensino regular da escola campo, a professora informou que tenta estabelecer uma parceria que vise o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos do AEE na sala comum, entretanto percebe que os professores ficam com receio ou simplesmente desprezam esse contato, por, em suas palavras, não entenderem a importância do atendimento educacional especializado, e o considerarem apenas como reforço ao ensino regular. O atendimento educacional especializado não deve ser confundido como aula de reforço, e muito menos substituir o ensino comum, por esse motivo ocorre no contraturno. O seu objetivo é promover a inclusão na convivência cotidiana do público-alvo a partir de atividades e práticas pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento destes nas áreas de habilidade (Brasil, 2012). Uma alternativa proposta por ela, para promover uma boa interação dos professores de AEE com os do ensino regular nesse sentido, seria uma formação com o intuito de esclarecer a importância da educação especial para estes últimos. Sobre os pais dos alunos, a professora relatou que, de modo geral, não há um acompanhamento direto no desenvolvimento do filho, e que apenas comparecem em reuniões e quando levam e buscam as crianças do atendimento. Mas entre os pais existe uma mãe que sempre está acompanhando os resultados do filho, e justamente essa criança, segundo a professora, foi a que apresentou o melhor desempenho. Este fato confirma a importância da participação familiar no processo formativo do aluno da educação especial, uma vez que ela “se apresenta como base do desenvolvimento humano, e por estar no centro das formulações e experiências que influenciarão a vida dos indivíduos, sua participação nas diferentes relações que se estabelecem socialmente é essencial” (Pereira, et al, 2020).



Por fim, referente ao plano de AEE, a professora relatou que a secretaria de educação do município disponibiliza um modelo em branco, e que é preenchido por ela, mediante conversas com os pais dos alunos e orientações da supervisora. Esse plano, conforme a Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, deve ser elaborado e executado pelo professor, mediante consulta à família e aos professores regulares, e ainda à participação de profissionais da saúde e assistência social (Brasil, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do método de pesquisa utilizado, foi possível constatar as circunstâncias do processo de ensino, as perspectivas da gestão e da professora no atendimento educacional especializado, alcançando os objetivos estabelecidos. Percebeu-se que, entre os desafios relatados, a falta de colaboração dos professores regulares no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos se mostrou preocupante. A professora da educação especial e a gestora demonstraram conhecer a relevância dessa modalidade.

Entretanto, há de se considerar que mudanças na oferta da educação especial precisam ser feitas para que o atendimento seja efetivo. A principal está relacionada à disponibilização de materiais adaptados, que facilitem o trabalho do professor. Para aproximar os professores de AEE e os regulares, formações para estes últimos lhes permitiriam compreender a importância da educação especial para o desenvolvimento do aluno, assim teriam consciência de colaborar com o professor da educação especial, trabalhando em articulação e acompanhando a evolução do aluno. Este trabalho contribuiu para a construção de um pensamento consciente do processo inclusivo no sistema educacional para os alunos envolvidos, constituindo uma experiência imprescindível no processo formativo, enquanto futuros educadores.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Educação especial, Relato, Experiência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. G. S.; JUNIOR, I. S. N.; PINHEIRO, I. B. Gestão escolar e educação inclusiva: uma relação, um compromisso. Entre Saberes, Práticas e Ações, v.1 n.1, p.150- 172, 2021



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso em: dezembro de 2024.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Define Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/resolucao/rn04.htm. Acesso em: dezembro de 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm . Acesso em: dezembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília: MEC, SEB, 2012. 48 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/obeducpacto/files/2019/08/Caderno-de-Eduacao-Especial.pdf#page=33> . Acesso em: dezembro de 2024.

FRANCO, A. M.S. L; SCHUTZ, G. E.. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. Saúde em Debate, v. 43, p. 244-255, 2020.

LOPES, J. B. C. et al. Educação inclusiva. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PEREIRA, C. L. et al. A família na rotina pedagógica do atendimento educacional especializado: uma proposta de intervenção na Sala de Recursos Multifuncionais. 2020. 121f. (Mestrado em Gestão de ensino da Educação Básica) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

RODRIGUES, L. A. A importância do atendimento educacional especializado. Revista mais educação, v. 4, n. 1, p. 299-305, 2021.

SANTOS, A. S. A importância do gestor escolar na inclusão de alunos com necessidades especiais na escola. Revista Alamedas, v. 8, n. 2, p. 56- 68, 2020.

SOUZA, F. D. Análise do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva. 2009.156f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

ZIESMANN, C. I.; GUILHERME, A. A. Inclusão no Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: um estudo de caso. Contexto & Educação, v.35, n.110, 2020.

